



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 54 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

— Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicados, os seguintes membros: -----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.597	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
Carregal do Sal	10.099	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	16.514	Presidente	José Fernando Carneiro Pereira
Mangualde	20.330	Presidente	João Nuno Gonçalves Azevedo
Nelas	13.861	Vice-Presidente	Sofia Relvas Marques
Oliveira de Frades	9.415	Presidente	Luís Manuel Martins de Vasconcelos
Penalva do Castelo	8.819	Vice-Presidente	José Dias Lopes Lares
Santa Comba Dão	11.563	Vice-Presidente	Carla Isabel Silva Cunha
São Pedro do Sul	17.274	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	13.992	Presidente	Alexandre Manuel Mendonça Vaz
Tondela	29.213	Vereadora	Fátima Carla Dias Antunes
Vila Nova de Paiva	6.892	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	95.853	-----	-----
Vouzela	10.171	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

— A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: -----

— 1 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 12/05/2016;-----

— 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 17/05/2016;-----

— 3 - Análise, discussão e votação da 3ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 4 - Análise, discussão e votação da proposta de “Aquisição de serviços para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro”, de acordo com a Informação de Serviço nº 177/2016, de 30 de maio, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 5 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços de fiscalização do procedimento de execução da Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10000 e 1:2000 para a Comunidade

Intermunicipal Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço nº 180/2016, de 1 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 6 - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a “Aquisição de serviços para a criação de um Centro de Competências de Gestão de Vias”, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. —

— Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.-----

— Período de Antes da Ordem do Dia.-----

— O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho, do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Dr. Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

— O Dr. José Morgado Ribeiro continuou a sua intervenção, informando, os presentes, que a cerimónia de apresentação do Álbum Gráfico, que era a publicação que tinha sido feito pela CIM para deixar para memória futura os investimentos realizados no âmbito do QREN na região e que se integrava na campanha de comunicação “CRESCER” que a CIM tinha desenvolvido, onde também se incluía a exposição itinerante que tinha percorridos todos os municípios da CIM Viseu Dão Lafões, se iria realizar no dia 14 de junho, pelas 10 horas e 30 minutos, na sede da Comunidade Intermunicipal e que iria contar com a presença da Senhora Presidente da CCDR do Centro, pelo que era importante que todos estivessem presentes.-----

— Informou, ainda, o Dr. José Morgado Ribeiro, que no próximo dia quinze de junho, pelas 15 horas se iria realizar um Conselho Intermunicipal extraordinário dedicado à problemática do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, sendo que para o efeito iriam ser convidados o IMT e a empresa VTM, dado esta estar a assessorar a CIM nesta área do regime jurídico dos transportes bem como a elaborar o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da CIM Viseu Dão Lafões.-----

— Continuou o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informando, o Conselho Intermunicipal que o Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão tinha convidado a CIM Viseu Dão Lafões para integrar o seu Conselho Geral. Neste sentido, o Senhor Presidente propôs ao Conselho Intermunicipal que fosse indicado o

Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, como representante da CIM Viseu Dão Lafões no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, aprovar a nomeação do Dr. Nuno Martinho como representante da CIM Viseu Dão Lafões no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que começou a sua intervenção, explicando, ao Conselho Intermunicipal que no âmbito da Prioridade de Investimento 10.1 – Combate ao abandono escolar precoce e a promoção do sucesso educativo, os trabalhos que já tinham sido desenvolvidos no âmbito desta Prioridade de Investimento.-----

— Assim, informou que esta era uma área em que o Governo estava procurar intervir de uma forma mais veemente, uma vez que estava a tentar assegurar a execução deste “envelope financeiro”, sendo que na sequência da reunião tida em Coimbra, com o Senhor Secretário de Estado da Educação, este tinha afirmado que pretendia integrar os projetos das escolas através das Comunidades Intermunicipais, tendo-lhe sido, dito pelas CIM’s presentes, que eram as CIM’s e os municípios que eram os executores no Pacto, tendo o mesmo lhe sido referido, de forma muito clara, pela Senhora Presidente da CCDR do Centro, tendo-lhe, também, sido dito, pelos representantes das Comunidade Intermunicipais que, obviamente as CIM’s e os Municípios iriam trabalhar com as escolas na construção dos projetos, sendo que quem iria submeter as candidaturas seriam os municípios e as comunidades intermunicipais.-----

— A este propósito, o Dr. Nuno Martinho, informou, também, que dentro do contexto anteriormente afirmado, existiam um conjunto de professores, que abrangiam todas as escolas da região, que estavam a frequentar uma oficina denominada “Mais Sucesso Escolar” e que o output destas oficinas de trabalho era os professores desenharem um diagnóstico sobre os problemas que têm nas escolas quer no âmbito do sucesso educativo quer do abandono escolar precoce, construindo de seguido um plano de ação capaz de responder a estes problemas.-----

— Continuou o Senhor Secretário Executivo, afirmando, ser importante que a CIM e os Municípios agarrassem estes projetos, em termos de governança dos mesmos, de forma a que, não se perdesse o controlo sobre a situação.-----

— Informou, também, que a CIM tinha reunido a Rede de Educação com os Agrupamentos de Escolas, no passado dia 3 de junho, durante todo o dia, no sentido de com os Agrupamentos de Escolas, com os Diretores e com os professores que estavam a frequentar a referida oficina de formação, explicarmos um conjunto de ações e procedimentos associados, dado haver uma grande confusão na informação que lhes tinha sido transmitida, até porque ninguém lhes tinha dito que os projetos que estavam a construir alguns seriam para executar através da Comunidade Intermunicipal ou dos Municípios. -----

— O Dr. Nuno Martinho, continuou a sua intervenção dando nota que a reunião tinha corrido muito bem, apesar da confusão que os professores traziam, sendo certo que saíram mais elucidados sobre a forma como todo este processo terá que ser desenvolvido, até porque os professores tinham que entregar, num caso até 30 de junho e noutros até 15 de julho um plano estratégico para ambos os prisms, que terá que ser enviado para a Unidade de Missão criada para o efeito, sendo que os mesmos terão que ser avaliados pela equipa da CIM, quer para os projetos de natureza supramunicipal quer para os projetos de natureza municipal. -----

— Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, referindo que tinha participado numa reunião no dia anterior, onde tinha estado presente o Senhor Presidente da Unidade de Missão, o Professor José Verdasca da Universidade de Évora, tendo dado nota que poderia vir a haver projetos apresentados no Pacto que não tivessem enquadramento nos avisos, até porque estes iriam ter uma condição de admissibilidade que se prendia com a articulação das candidaturas com os diagnósticos feitos pelos professores, uma vez que, a unidade de Missão pretende que os projetos estejam muito ligados às necessidades das escolas e aos problemas por elas detetados. -----

— Referiu, ainda, o Senhor Secretário Executivo, que esta reunião tinha sido bastante produtiva, já que tinha sido possível transmitir ao Senhor Professor José Verdasca a forma como a CIM Viseu Dão Lafões estava a trabalhar com todas as escolas e os centros de formação de professores da região, tendo, inclusivamente, o Professor José Verdasca elogiado a forma de trabalhar na região. -----

— O Senhor Secretário Executivo continuou a sua intervenção, informando, o Conselho Intermunicipal que a proposta apresentada pela CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito da Rede de Cursos Profissionais da DGESTE, tinha sofrido alterações na proposta final da DGESTE, nomeadamente nos municípios de Sátão, Tondela e Oliveira de Frades. -----

— Continuou a sua intervenção, esclarecendo, o Conselho Intermunicipal, que a CIM tinha feito uma exposição á Senhora Diretora da DGESTE mostrando o seu desagrado com a proposta apresentada e com o impacto que a mesma iria ter, até porque com essa decisão se iria fazer com que os alunos tivessem que sair do seu concelho, acrescido do facto de os cursos serem em áreas consideradas prioritárias para a região.-----

— Continuou a sua intervenção, o Dr. Nuno Martinho, informando, que relativamente ao Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros era importante que os elementos que tinham sido solicitados na reunião de trabalho realizada na CIM com os municípios fossem remetidos dentro do prazo acordado, que era 30 de maio, dado os mesmos terem que ser trabalhados de forma a que as carreiras intermunicipais fossem validadas até ao dia 30 de junho, tendo alertando, também, os Senhores Presidentes para a criticidade desta problemática de forma a evitar problemas futuros para os municípios. —

— Ainda no âmbito da mobilidade, o Dr. Nuno Martinho referiu, também, que tudo isto deveria ser visto em consonância com o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes que a CIM estava a desenvolver, sendo certo que um PIMT é algo mais consistente do que um PAMUS, todavia era necessário proceder à aprovação do PAMUS da CIM, pois caso contrário, as candidaturas individuais aos PEDU's dos municípios de Viseu, Tondela e Mangualde, cujos avisos convite já tinham saído, não seriam aprovados. -----

— Alertou os Senhores Presidente para a necessidade de serem remetidos os dados solicitados de forma a que não fosse colocada em causa a candidatura de nenhum município por não se encontrar aprovado o PAMUS da CIM. -----

— O Senhor Secretário Executivo continuou a sua intervenção, informando, os presentes que se encontravam abertos cinco avisos de abertura de concurso, três do POSEUR, alterações climáticas, a valorização dos resíduos, em que a CIM se proponha realizar, através de uma ação de sensibilização na área da reciclagem, e tinha também saído o aviso relativo aos instrumentos de planeamento, onde se pretendia desenvolver uma plataforma de proteção civil, tendo-se para o efeito, inclusive, reunido com o CDOS de Viseu. -----

— Continuou a sua intervenção salientando que o prazo para apresentar as candidaturas terminavam a 29 de julho.-----

— Ainda no âmbito da abertura de aviso de concurso, o Senhor secretário Executivo referiu que também tinha saído o aviso para a modernização administrativa, com um primeiro aviso que terminava a 30 de junho, sendo que lhe parecia difícil conciliar tudo,

incluindo a condição de admissibilidade que era ter garantidos procedimentos no valor de 60% do valor da candidatura, por parte de todos os executores. -----

— Por último, referiu o Dr. Nuno Martinho que também tinha saído o aviso para a programação cultural em rede, sendo que este aviso terminava a 31 de agosto. -----

---- Informou, ainda neste âmbito, que também iriam abrir avisos de abertura de concurso para o património natural e para a promoção turística, tendo a CIM já realizado uma reunião de trabalho com os municípios para identificar quais as áreas de intervenção que deveriam ser trabalhadas. -----

— O Dr. Nuno Martinho informou, também, o Conselho Intermunicipal que a CIM tinha submetido 3 candidaturas ao Interreg Espaço Atlântico, sendo que numa delas era “Chefe de Fila”, na área da valorização dos produtos e das rotas, com o nome de “Ruralex”. Nas outras duas candidaturas a CIM já não era a entidade líder, era parceira, sendo uma na área do envelhecimento ativo e outra na área da proteção civil, sendo que se as mesmas passarem esta primeira fase as candidaturas virão ao Conselho intermunicipal de forma mais estruturada, pois nesta fase ainda são meras intenções de candidatura. -----

— Relativamente ao Programa Seleção Gastronomia e Vinhos, onde a CIM é parceira do Turismo Centro de Portugal e da AHRESP, este é um projeto onde se pretende sinalizar um conjunto de restaurantes com um selo de qualidade, sendo este um projeto importante para o destino turístico Viseu Dão Lafões, pelo que era importante garantir um restaurante por município. -----

— Concluiu a sua intervenção, informando, os presentes que se encontravam a decorrer os eventos com o Gaspar e que estes estavam a correr muito bem, a fazer fé no feedback recebido dos municípios onde já se tinham realizado ações. -----

— Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, que relativamente à problemática das PARU's o Conselho Intermunicipal, na sua opinião, deveria tomar uma posição no tocante à forma de imputação dado estar a ser afeto um coeficiente de 20% para a coesão e 80% para a população, o que fazia com que se acentuasse o fosso entre os municípios mais ricos e os mais pobres, pelo que se deveria propor a subida do coeficiente referente à coesão. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Frades, Dr. Luís Vasconcelos, que demonstrou o seu desagrado com a homologação da rede escolar da forma como esta se tinha processado, sendo que tinha solicitado informações ao agrupamento e por essa via tinha chegado à conclusão que iria ter que mandar alunos para

fora do seu Município, o que era de todo inaceitável e motivo do seu mais profundo protesto. -----

— Continuou a sua intervenção, dando a conhecer aos presentes, que tinha esperado 3 semanas por uma reunião com a Senhora Diretora da DGESTE para depois ser recebido por um funcionário e não por ela. -----

---- Concluiu a sua intervenção, informando, que as turmas abertas não suportavam os alunos do seu Concelho, facto que já não acontecia á muitos anos. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, Dr. João Azevedo, que começou a sua intervenção alertando os presentes para a importância de ser agendada, rapidamente, uma reunião com a Direção Regional de Cultura do Centro no sentido de se perceber qual seria a linha de ação Governo em relação aos investimentos mapeados no território Viseu Dão Lafões. -----

— Concluiu a sua intervenção, alertando os presentes, para a necessidade de se tomar uma posição de força relativamente aos financiamentos na área do turismo, devendo ser agendada para o efeito uma reunião com o Turismo Centro de Portugal, pois não podemos continuar a aceitar que sejam apoiados, com muito dinheiro, eventos que se realizam no litoral, deixando para as regiões do interior investimentos e apoios residuais, pelo que na sua opinião a CIM poderia ser o “chefe de fila” na angariação destes apoios do Turismo Centro de Portugal a eventos municipais. -----

---- Foi dada a palavra ao Dr. Nuno Martinho, que relativamente à problemática do turismo começou por esclarecer que uma coisa seria o montante a negociar entre o Turismo Centro de Portugal e a CIM e outra coisa eram os critérios usados pelo Turismo Centro de Portugal para apoiar, diretamente, alguns eventos, pelo que na sua opinião deveria haver uma concertação entre o que era atribuído às CIM's e o que era investido diretamente pelo Turismo Centro de Portugal nos territórios. -----

— Foi dada a palavra à Senhora Vice-Presidente da Câmara de Nelas, Dr.^a Sofia Relvas, que começou a sua intervenção concordando com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara de Mangualde no tocante à problemática do turismo e dos apoios financeiros aos eventos e às regiões. -----

---- Continuou a sua intervenção, afirmando, que o seu município tem feito tudo o que lhe tem sido pedido pelo Turismo Centro de Portugal, pela CVR Dão e apesar de todo esse trabalho a Feira do Vinho do Dão em sido completamente esquecida e mal tratada. -----

Concluiu a sua intervenção, afirmando, que o Provere do vinho ainda não tinha dado em nada, sendo que era afirmado pelas diversas entidades envolvidas que o dinheiro já estava distribuído, contudo ninguém era capaz de dizer qual a forma e quais os critérios de distribuição utilizados, havendo um “passar de bola” entre a CCDR do Centro, a CVR Dão e o Turismo Centro de Portugal a dizerem que é aos outros que cabe dar a informação e não a eles. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que relativamente à problemática do vinho, informou o Conselho Intermunicipal que não iria ser um Provere mas sim, conforme lhe tinha sido transmitido, numa Estratégia de Eficiência Coletiva no âmbito do SIAC, sendo que tanto quanto era do seu conhecimento numa das reuniões realizadas nesse âmbito, o Dr. Arlindo Cunha teria afirmado que seria importante o envolvimento das CIM's no processo, de forma a que o programa ficasse amarrado à estratégia do território.-----

— A este respeito, foi ainda dito pelo Senhor Secretário Executivo que tinha efetuado mais do que um contacto com a Autoridade de Gestão do Centro 2020, no sentido de os fazer sentir da necessidade de as CIM's serem envolvidas neste processo, de forma a garantir a complementaridade das ações a integrar nos vários avisos de abertura de concurso. Caso contrário iria passar-se o mesmo que se tinha passado no Provere das Termas em que as CIM's foram completamente excluídas do processo. -----

— Concluiu a sua intervenção, informando, que o próprio Turismo Centro de Portugal apenas tinha sido chamado a participar na última reunião. -----

— Em face da ausência de pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia. -----

— Período da Ordem do Dia. -----

— Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 12/05/2016 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 12/05/2016. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, aprovar a ata. -----

— Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal do dia 17/05/2016 - o Senhor Presidente do Conselho

Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 17/05/2016. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por maioria, representando 168.143 eleitores, com uma abstenção, representando 6.597 eleitores, aprovar a ata. -----

---- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da 3ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2016, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, solicitou ao Dr. Nuno Martinho que, de forma sucinta, explicasse a proposta de alteração orçamental. -----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, que explicou ao Conselho Intermunicipal que a razão da presente alteração orçamental se prendia com a necessidade da inscrição da receita relativa à Assistência Técnica e ao SIAC. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, aprovar a 3ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2016. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de “Aquisição de serviços para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro”, de acordo com a Informação de Serviço nº 177/2016, de 30 de maio, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

---- Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, aprovar a proposta de “Aquisição de serviços para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro”. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços de fiscalização do procedimento de execução da Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10000 e 1:2000 para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões", de acordo com a Informação de Serviço n.º 180/2016, de 1 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, apoiado na informação de serviço, explicou, sucintamente, o teor da mesma. -----

----- Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 174.740 eleitores, aprovar o projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços de fiscalização do procedimento de execução da Cartografia Numérica Vetorial à Escala 1:10000 e 1:2000 para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões" e adjudicar o referido contrato de prestação de serviços à concorrente Geodouro - Consultoria e Topografia, Lda., nos termos da sua proposta, pelo valor de €58.750,00 (cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **ponto sexto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do projeto de decisão de adjudicação no âmbito do procedimento concursal, para a "Aquisição de serviços para a criação de um Centro de Competências de Gestão de Vias", nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Dr. José Morgado Ribeiro, informou o Conselho Intermunicipal que o ponto da ordem de trabalhos em apreço teria que ser retirado em virtude de o projeto de decisão não se encontrar elaborado. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----

